



Cadernos de Negociação



Número 44 - agosto de 2021

GREVES

Funcionalismo tem greves por salário e contra reforma administrativa

Das 658 greves deflagradas entre julho de 2020 e junho de 2021, 137 (21% do total) foram organizadas pelo funcionalismo público. No último bimestre desse período, no entanto, o número de paralisações realizadas pelos servidores saltou de 25%, em maio, para 36% do total das greves, em junho.

Entre as principais demandas estão: melhores condições de segurança, presentes em 43% das mobilizações, e relacionadas essencialmente à prevenção contra a covid-19. Diferente do início da pandemia, quando os trabalhadores reivindicavam remanejamento dos postos de trabalho, testagens, reforço da limpeza, agora a mobilização é pela vacina.

As demandas envolvem ainda salários e questões políticas, como a reforma administrativa,

que mexe diretamente também com os rendimentos e o contrato de trabalho dos servidores (cada item representa 25% da pauta atual), todos temas interligados.

Principais reivindicações das greves do funcionalismo público - Brasil - jul 2020 a jun 2021

Reivindicações	Nº	%
Condições de segurança, EPIs	59	43,1
Protestos políticos	35	25,5
Reajuste salarial, reajuste do piso	34	24,8

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves. SAG

Servidores e servidoras em luta

O funcionalismo público está mobilizado contra a proposta de reforma administrativa do governo Bolsonaro, que visa reduzir o Estado brasileiro, privatizar empresas, destruir direitos sociais e dos servidores. Em 29 e 30 de julho, num esforço conjunto, CUT, CSP-Conlutas, CTB, Pública, CGTB, UGT, Força Sindical, Intersindical Central da Classe Trabalhadora, NCST - Nova Central, CSB, Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, e outras entidades representativas dos funcionalismo, organizaram o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, que definiu as seguintes ações, algumas já realizadas e as demais em andamento:

- 1) Mobilização em Brasília em 03/08
- 2) Greve do setor público/dia nacional de mobilização - 18/08
- 3) Ações para mobilizar vereadores e deputados estaduais
 - a) Audiências públicas nas Câmaras Municipais e de liberação de moções contrárias à PEC 32;

- b) Audiências públicas nas Assembleias Legislativas e deliberação de moções contrárias à PEC 32

4) Governadores e Prefeitos

Visitas e demanda de posicionamento

5) Campanhas nos meios de comunicação

Participação em programas de rádio e TV

6) Campanhas nas mídias sociais e conteúdos on-line

- a) Difusão dos materiais da campanha
 - b) Curtir, compartilhar e seguir as redes da campanha
 - c) Difusão dos materiais das entidades, sindicatos e centrais sindicais;
 - d) Elaboração de conteúdos nas bases, criação de redes e canais de comunicação
- #### 7) Deputados Federais
- a) Pressão sobre os parlamentares;
 - b) Utilização das redes sociais e de sites como *Na Pressão*;
 - c) Campanhas denunciando, nos estados e municípios, os deputados que votam contra os serviços públicos

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Julho: um quarto dos reajustes analisados tem aumento real

Na data-base julho, cerca de ¼ dos 129 reajustes analisados pelo DIEESE resultou em aumentos reais aos salários, na comparação com a inflação medida pelo INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Reajustes iguais à inflação foram observados em cerca de 16% dos casos e abaixo, em praticamente 59%. A variação real média das correções salariais em julho foi de -1,87%.

No ano, reajustes acima do INPC representam 17,5% do total; iguais à inflação oficial,

32,2%; e abaixo, 50,3%. A variação real média no ano, até julho, é de -0,71%.

Em 2021, destacam-se as negociações dos profissionais da educação e dos metalúrgicos, com aumentos reais em mais de 30% dos casos, e as dos comerciários e dos trabalhadores na construção e mobiliário, com reajustes abaixo do INPC em menos de 25% dos casos.

Pisos salariais - Categorias selecionadas Brasil - janeiro a julho de 2021

Categorias	Pisos salariais	
	Valor Médio em Reais	Nº de Pisos
Alimentação	R\$1.293,77	541
Calçados	R\$1.162,16	23
Comerciários	R\$1.241,76	614
Comunicações	R\$1.214,38	116
Construção E Mobiliário	R\$1.407,73	704
Extrativa	R\$1.242,07	64
Metalúrgicos	R\$1.342,88	228
Químicos	R\$1.323,45	181
Rurais	R\$1.330,34	359
Saúde Privada	R\$1.252,42	262
Urbanitários	R\$1.437,86	23
Educação Privada	R\$ 1.480,52	27

Negociações - Brasil - janeiro a julho de 2021

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Jan	10,2	29,2	60,6	-0,59%	1.740
Fev	20,9	19,0	60,1	-0,36%	469
Mar	12,3	36,5	51,1	-0,60%	827
Abr	27,9	24,9	47,3	-0,62%	344
Mai	21,1	37,7	41,2	-0,81%	1.472
Jun	22,9	32,5	44,6	-1,65%	132
Jul	24,8	16,3	58,9	-1,87%	129
TOTAL	17,5	32,2	50,3	-0,71%	6.193

Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediador. Elaboração: DIEESE

Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs.: Nos instrumentos com mais de um piso salarial, considerou-se o de menor valor

Reajustes por categorias profissionais selecionadas - Brasil - Julho de 2021

ALIMENTAÇÃO		CALÇADOS		COMERCIÁRIOS		COMUNICAÇÕES	
	Acima 23,9% Igual 31,6% Abaixo 44,4%		Acima 20,0% Igual 45,0% Abaixo 35,0%		Acima 16,4% Igual 59,2% Abaixo 24,3%		Acima 8,9% Igual 32,3% Abaixo 58,9%
Variação média real -0,53%		Variação média real -0,45%		Variação média real -0,16%		Variação média real -1,07%	
Total (nº de reajustes) 531		Total (nº de reajustes) 20		Total (nº de reajuste) 633		Total (nº de reajustes) 124	
CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO		EXTRATIVA		METALÚRGICOS		QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	
	Acima 27,0% Igual 49,6% Abaixo 23,4%		Acima 14,7% Igual 27,9% Abaixo 57,4%		Acima 34,6% Igual 32,9% Abaixo 32,5%		Acima 16,6% Igual 31,5% Abaixo 51,9%
Variação média real -0,18%		Variação média real -0,6%		Variação média real -0,4%		Variação média real -0,48%	
Total (nº de reajustes) 726		Total (nº de reajustes) 68		Total (nº de reajustes) 231		Total (nº de reajustes) 181	
RURAIS		SAÚDE PRIVADA		URBANITÁRIOS		EDUCAÇÃO PRIVADA	
	Acima 20,9% Igual 11,6% Abaixo 67,5%		Acima 8,9% Igual 12,9% Abaixo 78,2%		Acima 15,8% Igual 34,2% Abaixo 50,0%		Acima 38,1% Igual 23,8% Abaixo 38,1%
Variação média real -0,84%		Variação média real -0,89%		Variação média real -0,93%		Variação média real -0,75%	
Total (nº de reajustes) 302		Total (nº de reajustes) 271		Total (nº de reajustes) 38		Total (nº de reajustes) 42	

Fonte: Ministério da Economia. Mediador. Elaboração: DIEESE.

MERCADO DE TRABALHO

Cresce emprego no setor de telecomunicações

Entre janeiro e junho de 2021, o saldo do emprego com carteira no setor de telecomunicações foi positivo, com 15.765 novos postos de trabalho. O segmento atingiu quase 261 mil vínculos celetistas, alta de 6,4% em relação ao começo do ano.

Os serviços de comunicação multimídia apresentaram crescimento de 10.196 vínculos, seguidos pelos provedores de acesso às redes de comunicações, com 4.254.

Em todos os estados, o vínculo celetista cresceu no setor, em 2021, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Em termos percentuais, no Piauí, o aumento chegou a 18%, enquanto em números absolutos, em São Paulo, houve acréscimo de 3.373 postos de trabalho no setor em 2021.

A formalização do trabalho no segmento chega a 84% dos trabalhadores no país.

Saldo e estoque do emprego formal por segmento das telecomunicações - Brasil - jan a jun de 2021

Segmento	Saldo de empregos jan/jun 2021	Estoque de emprego em 30/06/2021	Varição do estoque de emprego em 2021
Serviços de Comunicação Multimídia	10.196	81.627	14,3%
Provedores de Acesso às Redes de Comunicações	4.254	53.496	8,6%
Outras Atividades de Telecomunicações não Especificadas	2.058	29.620	7,5%
Serviços de Telefonia Fixa Comutada	-322	50.107	-0,6%
Telefonia Móvel Celular	-362	24.408	-1,5%
Demais atividades	-59	21.674	-0,3%
TOTAL	15.765	260.932	6,4%

Emprego formal nas telecomunicações por UF Brasil - Janeiro a junho de 2021

UF	Saldo de empregos jan/jun 2021	Estoque de emprego em 30/06/21	Varição do estoque de emprego em 2021 (%)
Piauí	448	2.941	18,0%
Maranhão	498	3.418	17,1%
Ceará	1.907	14.908	14,7%
Sergipe	265	2.241	13,4%
Alagoas	344	3.105	12,5%
Tocantins	168	1.606	11,7%
Pará	547	5.419	11,2%
Roraima	37	370	11,1%
Bahia	1.151	11.979	10,6%
Goiás	791	8.258	10,6%
Mato Grosso do Sul	302	3.179	10,5%
Rondônia	219	2.381	10,1%
Amazonas	115	1.558	8,0%
Paraíba	292	4.008	7,9%
Pernambuco	587	8.751	7,2%
Santa Catarina	627	9.576	7,0%
Minas Gerais	1.680	25.708	7,0%
Rio Grande do Norte	208	3.762	5,9%
Acre	19	350	5,7%
Rio Grande do Sul	627	12.888	5,1%
Espírito Santo	189	3.908	5,1%
São Paulo	3.373	72.269	4,9%
Distrito Federal	266	5.781	4,8%
Mato Grosso	154	3.953	4,1%
Rio de Janeiro	604	27.644	2,2%
Paraná	318	19.990	1,6%
Amapá	11	963	1,2%

Fonte: Ministério da Economia. Novo Caged

NEGOCIANDO
O DIEESE NA PALMA DA SUA MÃO

Disponível para iOS e Android



DIEESE

INDICADORES ECONÔMICOS

Indústria envia US\$ 4,5 bi ao exterior no primeiro semestre de 2021

No primeiro semestre de 2021, as remessas ao exterior de lucros e dividendos das empresas situadas no país alcançou o montante de US\$ 9,3 bilhões, aumento de 69% em relação ao mesmo período de 2020. A indústria foi responsável por cerca de 49%, com o envio de US\$ 4,5 bilhões (quase 5 vezes mais em relação ao primeiro semestre do ano passado).

A indústria metalúrgica fez a maior remessa: US\$ 2,3 bilhões, com destaque para o segmento de

equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos: perto de US\$ 1,1 bilhão (10 vezes mais em relação ao mesmo período do ano passado).

Na indústria química também houve remessas expressivas: mais de US\$ 1,1 bilhão. O setor de produtos químicos foi responsável pelo maior envio, com o volume de US\$ 807 milhões (crescimento de cerca de 233% em relação a 2020).

Remessa de lucros e dividendos de multinacionais que operam no Brasil – em milhões de US\$

CNAE selecionadas	Jan-jun		Var. em %
	2020	2021	
INDÚSTRIA	1.500	4.542	203%
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	107	1.109	940%
Outros equipamentos de transporte	3	28	940%
Metalurgia	78	748	863%
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	25	128	419%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	13	31	138%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	104	150	44%
Máquinas e equipamentos	130	114	-13%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	40	73	81%
Produtos químicos	243	807	233%
Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	211	273	29%
Produtos de borracha e de material plástico	97	95	-1%
Produtos alimentícios	103	463	349%
Bebidas	201	188	-7%
Outras indústrias	147	336	128%
OUTROS SETORES NÃO INDUSTRIAIS	4.021	4.794	19%
TOTAL DE REMESSAS DE LUCROS E DIVIDENDOS AO EXTERIOR	5.521	9.337	69%

Fonte:
Banco
Central
Elaboração:
DIEESE

DIREITOS

Sindicatos lutam por melhores condições para trabalhador com deficiência

A Lei de Cotas e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência trouxeram avanços importantes para as pessoas com deficiência, porém esses trabalhadores ainda enfrentam grandes obstáculos no mercado de trabalho. As entidades sindicais têm negociado cláusulas em acordos e convenções coletivas para assegurar melhorias. Exemplos de cláusulas:

Abono de faltas a deficientes físicos- As empresas abonarão as faltas ao trabalho dos trabalhadores com deficiência decorrentes da comprovada manutenção de equipamentos e aparelhos utilizados pela pessoa com deficiência, inclusive no tocante a problemas de locomoção relacionados a veículos próprios e/ou públicos.

Auxílio a empregados com deficiência ou com dependentes deficientes - A empresa pagará aos empregados com deficiência, conforme definido no Decreto nº

3.298, de 20.12.1999 e 5.296 de 2.12.2014, bem como na Instrução Normativa I-132.0039, o valor mensal de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais).

Parágrafo Primeiro - A comprovação da deficiência deverá ocorrer por meio de atestado/laudo médico, bem como pela avaliação e aprovação do médico do trabalho a serviço da empresa.

Ferramentas [...] - Os equipamentos de proteção individual deverão ser adaptados de acordo com a necessidade do usuário, em caso de deficiência física.

Contratação de empregados com deficiência - O sindicato da categoria profissional, juntamente com a empresa, estabelecerá parceria para obtenção de recursos para identificar, localizar, selecionar, enfim, colaborar com a empresa para que possam responder à legislação vigente em relação ao cumprimento da *Lei das Cotas*.

PREÇOS

Julho: cesta básica aumenta em 15 das 17 capitais pesquisadas

De junho para julho de 2021, os preços médios das Cestas Básicas subiram em 15 das 17 capitais pesquisadas pelo DIEESE. Destacam-se as variações dos seguintes produtos:

Açúcar – A alta na maioria das cidades onde ocorre a pesquisa foi resultado da oferta reduzida, consequência do clima seco e da entressafra no Norte e

Nordeste; da elevação do valor do petróleo, que estimula a produção do etanol; e do aumento das exportações.

Café em pó – A expectativa com nova geada e com os efeitos do clima na safra de 2022 levou ao aumento dos preços do grão e do café no varejo, em 15 das 17 capitais onde a pesquisa é realizada.

Tomate – O clima frio provocou atraso na maturação do fruto e, consequentemente, a disponibilidade de tomate ficou menor e os preços aumentaram.

Leite e Manteiga – A redução na oferta e os altos custos de produção continuaram pressionando os preços dos derivados lácteos, como o leite integral e a manteiga, mesmo com a demanda enfraquecida.

Batata – Em oito das 10 capitais do Centro-Sul, o quilo da batata registrou recuo nos preços devido à ampliação da oferta.

Arroz – Mesmo com a maior demanda pelas indústrias e o crescimento nas exportações do grão, as cotações do arroz estiveram em queda em julho.

Custo e variação da Cesta Básica em 17 capitais brasileiras – Julho de 2021

Capital	Valor da cesta	Varição mensal (%)
Porto Alegre	656,92	2,27
Florianópolis	654,43	1,40
São Paulo	640,51	2,19
Rio de Janeiro	621,34	0,34
Curitiba	619,83	0,20
Vitória	612,45	0,19
Campo Grande	588,84	3,89
Brasília	582,35	-0,45
Fortaleza	562,82	3,92
Goiânia	562,13	1,93
Belo Horizonte	549,49	3,29
Belém	522,66	0,80
Natal	506,51	1,26
João Pessoa	492,30	-0,70
Aracaju	488,42	3,71
Recife	487,60	0,76
Salvador	482,58	3,27

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - julho 2021

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 5.518,79
SMN em relação ao Salário Mínimo	5,02
Salário Mínimo	R\$ 1.100,00

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

INPC - IBGE (agosto/2020 a julho/2021) 12 meses

Alimentação e bebidas	14,26%
Alimentação no domicílio	16,60%
Alimentação fora do domicílio	6,84%

Índices de Inflação	Julho de 2021 (%)	Agosto/20 a Julho/21 (%)	Projeção de inflação %		
			Set/20 a Ago/21	Out/20 a Set/21 (%)	Nov/20 a Out/21 (%)
INPC	1,02	9,85	10,12	9,71	9,16
IPCA	0,96	8,99	9,39	9,23	8,72

Projeção de inflação: 0,60% para agosto, 0,50% para setembro e 0,38% para outubro de 2021. Estimativas elaboradas em 20/08/2021